Revista Espaço do Currículo
ISSN 1983-1579
Doi: 10.15687/rec
http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php

10.15687/rec.v19i3.79850
ARTIGO

PESQUISAR COM NARRATIVAS EM TEMPOS DE PÂNICO MORAL: UM EXERCÍCIO COTIDIANISTA PELA VIA DA AUTOFICÇÃO

RESEARCHING WITH NARRATIVES IN TIMES OF MORAL PANIC: AN EVERYDAY LIFE STUDIES APPROACH THROUGH AUTOFICTION

INVESTIGAR CON NARRATIVAS EN TIEMPOS DE PÁNICO MORAL: UN EJERCICIO COTIDIANISTA A TRAVÉS DE LA AUTOFICCIÓN

Leonardo Nolasco-Silva[1] 0000-0001-9814-259X

[1] Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; leonolascosilva@gmail.com

RESUMO:

Este artigo toma o romance *O fim de Eddy* (2018), de Édouard Louis, como corpus para discutir modos de trabalhar com narrativas nas pesquisas nos/dos/com os cotidianos, com atenção às relações de gênero e sexualidade e às disputas de sentido que atravessam os currículos. A leitura foi realizada como exercício metodológico em uma disciplina de pós-graduação em Educação, na qual a obra literária foi tratada como material de campo. A análise mobiliza Certeau, Foucault, Deleuze e Nilda Alves, articulando as noções de tática, dispositivo, sujeição, tecnologia de si e linha de fuga, e assume a autoficção como condição da escrita do pesquisador. Em diálogo cuidadoso com a escrevivência de Conceição Evaristo, sem dela se apropriar, o texto examina como homofobia, racismo e vigilância da masculinidade operam como figuras de pânico moral e como forças de conformação curricular. Argumenta-se que a narrativa percorre um arco que vai da determinação social às táticas de permanência, passa pela tentativa fracassada de adequação à norma de gênero e alcança uma linha de fuga realizada como deslocamento. Embora ambientadas na França, as cenas são apropriadas por pesquisadores latino-americanos que reconhecem nelas ressonâncias com disputas presentes no Brasil e na América Latina. Conclui-se que ler narrativas autoficcionais como prática curricular permite investigar, sem santificar nem condenar quem narra, tanto os dispositivos que regulam a vida quanto as insurgências cotidianas que abrem outras possibilidades de existência.

Palavras-chave: currículo; pânico moral; autoficção; pesquisa com os cotidianos; gênero e sexualidade.

ABSTRACT:

This article takes Édouard Louis's novel *The End of Eddy*, read in its Brazilian edition (*O fim de Eddy*, 2018), as its corpus to discuss ways of working with narratives in research in/of/with everyday life, with attention to gender and sexuality relations and to the struggles over meaning that cut across curricula. The reading was carried out as a methodological exercise in a graduate course in Education, in which the literary work was treated as field material. The analysis draws on Michel de Certeau, Michel Foucault, Gilles Deleuze, and Nilda Alves, articulating the notions of tactics, dispositif, subjection, technologies of the self, and lines of flight, and embraces autofiction as a condition of the researcher's writing. In careful dialogue with Conceição Evaristo's concept of *escrevivência*, without appropriating it, the article examines how homophobia, racism, and the policing of masculinity operate as figures of moral panic and as forces shaping curricula. It argues that the narrative traces an arc that moves from social

RECEBIDO: 30/07/2026 **APROVADO**: 23/09/2026 **PUBLICADO**: 14/11/2026

determination to tactics of staying, passes through a failed attempt to conform to gender norms, and reaches a line of flight enacted as displacement. Although the novel is set in France, it is appropriated here by Latin American researchers who recognize in it resonances with contemporary disputes in Brazil and across Latin America. The article concludes that reading autofictional narratives as curricular practice makes it possible to investigate, without sanctifying or condemning those who narrate, both the dispositifs that regulate life and the everyday insurgencies that open other possibilities for existence.

Keywords: curriculum; moral panic; autofiction; research with everyday life; gender and sexuality.

RESUMEN:

Este artículo toma la novela *Para acabar con Eddy Bellegueule*, de Édouard Louis, leída en su edición brasileña (*O fim de Eddy*, 2018), como corpus para discutir formas de trabajar con narrativas en las investigaciones en/de/con la vida cotidiana, con especial atención a las relaciones de género y sexualidad y a las disputas de sentido que atraviesan los currículos. La lectura se realizó como ejercicio metodológico en una asignatura de posgrado en Educación, en la que la obra literaria fue tratada como material de campo. El análisis dialoga con Michel de Certeau, Michel Foucault, Gilles Deleuze y Nilda Alves, articula las nociones de táctica, dispositivo, sujeción, tecnologías del yo y línea de fuga, y asume la autoficción como condición de la escritura del investigador. En diálogo cuidadoso con la *escrevivência* de Conceição Evaristo, sin apropiarse de ella, el texto examina cómo la homofobia, el racismo y la vigilancia de la masculinidad operan como figuras de pánico moral y como fuerzas de conformación curricular. Se sostiene que la narrativa recorre un arco que va de la determinación social a las tácticas de permanencia, pasa por el intento fallido de adecuarse a la norma de género y alcanza una línea de fuga realizada como desplazamiento. Aunque ambientadas en Francia, las escenas son apropiadas por investigadores latinoamericanos que reconocen en ellas resonancias con disputas presentes en Brasil y en América Latina. Se concluye que leer narrativas autoficcionales como práctica curricular permite investigar, sin santificar ni condenar a quien narra, tanto los dispositivos que regulan la vida como las insurgencias cotidianas que abren otras posibilidades de existencia.

Palabras clave: currículo; pánico moral; autoficción; investigación con la vida cotidiana; género y sexualidad.

Por onde começo: introdução

Há uma questão que me ocupa antes de qualquer análise, e que costuma ficar calada nos textos do campo em que atuo: o que faço com os relatos que me chegam, e o que neles enxergo ou deixo de enxergar quando os transformo em texto e em produção artístico-cultural? A questão é dupla. De um lado, está o modo como as narrativas são produzidas, por quais práticas e sob quais condições. De outro, está o tratamento que dou a elas, as escolhas interpretativas que fazem um mesmo relato significar coisas distintas conforme a grade que sobre ele projeto. Quem pesquisa narrativas sabe que essa segunda metade da questão raramente é confessada. Confesso-a aqui, e faço dela o fio do artigo.

Meu objetivo é pensar como narrativas de si podem ser trabalhadas numa perspectiva

cotidianista com recorte de gênero e sexualidade, tendo Certeau, Foucault e Deleuze como principais interlocutores, e acolhendo, no terreno metodológico das pesquisas nos/dos/com os cotidianos, as contribuições de Nilda Alves. Tomo como corpus um texto literário, o romance *O fim de Eddy*, de Édouard Louis, que leio não como crítico literário, mas como pesquisador que entra em contato com um conjunto de narrativas como entraria com as memórias e trajetórias de seus interlocutores de pesquisa. Faço, portanto, um exercício: leio o livro como se fosse material de campo, e pergunto, a cada passo, o que faria com esse material caso se tratasse de narrativas de meus interlocutores. Interessa-me, especialmente, compreender como essas narrativas tornam visíveis os pânicos morais que regulam corpos, gêneros e sexualidades, bem como as táticas e insurgências cotidianas produzidas em meio a essas regulações.

Esse exercício não nasceu no vazio nem por escolha solitária. Ele aconteceu no contexto de uma disciplina de pós-graduação em Educação, dedicada à leitura de narrativas de si e às relações entre gênero, raça e masculinidades na escrita contemporânea. Nesse percurso, lemos Édouard Louis ao lado de Conceição Evaristo, Paul B. Preciado e Annie Ernaux, tomando a escrita de si como gesto estético, político e epistemológico. Faço questão de registrar isso porque muda o estatuto do que apresento aqui. A leitura de *O fim de Eddy* é, ela mesma, uma prática curricular: um modo de pôr a pesquisa em ato dentro de uma sala de aula da pós-graduação, com pesquisadores cujo campo são os cotidianos escolares e as redes educativas. O currículo, aqui, não é tema distante do qual eu falaria de fora; é o próprio chão em que leio, converso e escrevo. E a escolha do livro não foi aleatória. Foi um uso, no sentido que Certeau dá ao termo quando pensa os modos pelos quais os praticantes se apropriam daquilo que lhes é posto ao consumo: dentre as narrativas disponíveis, nos apropriamos dessas narrativas autoficcionais para com elas afinar o nosso método, experimentar nossos procedimentos de leitura e testar o que conseguimos fazer com narrativas de sofrimento quando o que está em jogo é gênero, sexualidade, classe e raça. Entendo esse movimento também como produção curricular.

Hozana (2025), ao pensar as relações entre currículos, conhecimentos e cotidianos, chama atenção para a impossibilidade de controlar previamente aquilo que acontece em sala de aula e para os conhecimentos produzidos nas interações, conversas e situações que atravessam o planejado. Essa perspectiva me interessa porque permite tomar a leitura coletiva não apenas como contexto da pesquisa, mas como prática curricular na qual a narrativa literária, as conversas que ela suscita e os sentidos produzidos pelo grupo passam a compor o próprio percurso de investigação. Nesse percurso, porém, há uma distância que não posso apagar:

aquela entre o território em que essas narrativas foram produzidas e o território em que fazemos uso delas.

É essa distância que preciso considerar. As cenas que leio se passam na França, mas quem as lê e delas se apropria somos nós, pesquisadores latino-americanos, que reconhecemos ali, guardadas as devidas diferenças, equivalências com o que se vive no Brasil e na América Latina. A origem das narrativas é europeia; o que se faz com elas acontece *aqui*, e é a partir desse *aqui* que falo.

Escrevo em primeira pessoa, e isso não é um detalhe de estilo. É a própria condição que reivindico. Ao ler as memórias de Eddy – um personagem *quase* de ficção – confundo-me com a história que leio; o livro me atravessa, me devolve a cenas que não são minhas e que, ainda assim, não me são indiferentes. Assumir essa primeira pessoa é assumir a autoficção como horizonte da pesquisa, e é sobre isso que preciso falar antes de chegar ao livro.

O livro começa pela enunciação de uma dor, e é dela que parto:

> De minha infância não guardo nenhuma lembrança feliz. Com isso não quero dizer que eu nunca tenha, durante aqueles anos, experimentado um sentimento de felicidade ou alegria. Mas o sofrimento é simplesmente totalitário: ele faz com que tudo que não se enquadra no seu sistema desapareça (Louis, 2018, p. 13).

A dor que Louis descreve não permaneceu no livro. Lida no contexto da disciplina em que este exercício aconteceu, passou para a sala e ficou entre nós. As falas mobilizadas ao longo do artigo são registros de uma prática pedagógica, surgidos espontaneamente durante as conversas produzidas pela leitura coletiva da obra. “Quando comecei a ler o livro, primeiro me deu um embrulho no estômago, porque a literatura coloca a gente diante da dor, do cuspe na cara, do medo, e quem é uma pessoa LGBT já teve medo de viver pelo menos uma dessas violências” (Registro da prática pedagógica, 2026)[1].

Esse mal-estar físico é, ele mesmo, um dado. É o corpo de quem lê reconhecendo no relato alheio um medo que também é seu, e é desse reconhecimento que parto. Trago essa e outras falas surgidas espontaneamente nas conversas da disciplina como vozes do grupo. Não foram produzidas por meio de entrevistas, questionários ou outro procedimento de geração de dados, mas registradas no decorrer da prática pedagógica. Mais adiante, explico como as

[1] A indicação “Registro da prática pedagógica” refere-se à voz coletiva construída a partir do remixe de falas surgidas espontaneamente durante as conversas realizadas na disciplina. Não corresponde, portanto, à transcrição de um depoimento individual atribuível a uma pessoa específica. A opção por não empregar pseudônimos decorre do próprio procedimento metodológico: as falas são trabalhadas como composição coletiva, e não como enunciados individuais anonimizados.

CC BY SA

recolho e remixo, sem atribuí-las a nenhuma pessoa em particular.

A autoficção como laboratório narrativo

A autoficção, para mim, é o uso de si como laboratório narrativo, um modo de pesquisa em que o eu se torna personagem e método ao mesmo tempo. É o gesto de usar acontecimentos da própria vida para produzir uma dramaturgia que crie mundos possíveis, com alguma finalidade, seja na literatura, no teatro, no cinema ou na investigação científica. O conceito tem origem literária e foi cunhado por Serge Doubrovsky em 1977 para nomear uma escrita em que o autor dá ao narrador e ao protagonista o seu próprio nome, mas o faz com os recursos da ficção, sem o pacto de verdade factual da autobiografia. *O fim de Eddy* é autoficcional nesse sentido: o protagonista carrega o nome de nascimento do autor, Eddy Bellegueule, os fatos têm lastro biográfico, mas o livro é construído como obra, e não como documento.

Uso a autoficção na Academia, e não penso que isso seja novidade. No campo da pesquisa em Educação, Sales (2023) também a situa entre modos contemporâneos de escrita-pesquisa, destacando sua potência para embaralhar os traços do vivido e acompanhar acontecimentos que formam e transformam os sujeitos. Interessa-me essa aproximação, sobretudo porque ela afasta a autoficção de qualquer pretensão de simples representação da experiência. Em nossos textos acadêmicos, não é raro falarmos um tanto de nós mesmos, só que nem sempre assumimos isso, e quase nunca dizemos que, às vezes, há uma ficção deliberada em meio aos nossos relatos. Pois aqui assumo: nem tudo acontece como conto e nem tudo que conto aconteceu comigo. Faço isso deliberadamente, porque entendo que o importante não é representar o real, tarefa inviável, mas produzir efeitos a partir do que é narrado, em diálogo com um repertório de narrativas plausíveis e coerentes com o tempo em que vivemos. As narrativas com que trabalho, quando não são minhas, são dos meus interlocutores de pesquisa, e contam histórias que em alguma medida me atravessam, ou que ao menos não me são indiferentes.

Esse modo de proceder tem amparo teórico. A autoficção pode ser pensada em diálogo com as técnicas de si de Foucault, isto é, com as práticas pelas quais o sujeito se constitui e se transforma ao narrar e refletir sobre a própria experiência, produzindo-se como obra de arte (Foucault, 2004a, 2004b, 2006). Por técnica de si, ou tecnologia de si, Foucault entende os procedimentos pelos quais o indivíduo opera sobre o próprio corpo, alma, pensamento e conduta, de modo a transformar-se e a atingir certo estado de si; trata-se de um trabalho do sujeito sobre o sujeito, que tanto pode servir à conformação a uma norma quanto à invenção de

uma forma de existência própria. Escrever-se, nessa chave, não é apenas registrar fatos, mas criar-se discursivamente, fazer da própria existência uma estética, no sentido do cuidado de si e da ética como prática da liberdade. Em Deleuze, essa prática conecta-se às linhas de fuga, movimentos que escapam aos códigos e às formas fixadas, permitindo agenciamentos narrativos nos quais a vida e a linguagem se contaminam mutuamente (Deleuze; Guattari, 1995). A linha de fuga, em Deleuze e Guattari, é a linha pela qual algo escapa a um arranjo de poder e se torna outra coisa; não é uma manobra interna ao sistema, e sim o ponto em que o sistema vaza e abre passagem a um devir. Compreendo, assim, a autoficção como um agenciamento em que a vida é simultaneamente vivida e inventada, articulando liberdade estética e produção de subjetividade. As duas pontas que mobilizo na análise, a técnica de si foucaultiana e a linha de fuga deleuziana, encontram-se já na definição do gênero: escrever-se é produzir-se e, ao mesmo tempo, escapar às formas que fixavam o eu.

O que aprendo com a escrevivência sem dela me apropriar

Não invento esse caminho sozinho. As pesquisadoras negras aprenderam a fazê-lo com Conceição Evaristo (2008), que, com o conceito de escrevivências, criou a possibilidade de narrar a experiência coletiva das mulheres negras. Pela via da literatura, ela operacionalizou um sistema de escrita e de pesquisa que permite visibilizar saberes e experiências periferizadas, instituindo uma voz coletiva que escapa às armadilhas do eu narcísico. Evaristo ensina a não se contentar com os pensamentos encenados na Casa Grande. É importante sabê-los, mas é também urgente ir adiante, trocar as coisas de lugar, narrar a vida a partir do que se vive, porque se quem viveu não diz, vem outro e inventa quem você é e quem você deverá se tornar. Escrever a própria história é o primeiro passo para sair do lugar, um lugar-metáfora que pode ser um aqui mesmo ressignificado. Quando ando, o mundo todo se movimenta, e o que era centro, ou o que era periferia, vai mudando no mapa, porque o que muda, na verdade, é a minha perspectiva, o meu modo de olhar.

Falo a partir de um outro corpo, mas escuto com atenção o eco político e poético dessa escrita coletiva. Mesmo sabendo que não faço escrevivências, porque não sou uma mulher negra, guardo comigo a ideia de escrever sobre o vivido que me atravessa e me ultrapassa. E procuro não restringir os registros ao que acontece comigo. Pelo contrário, tenho ativado ainda mais a escuta e a percepção para identificar o que se passa ao meu redor, à cata de histórias que me afetam no alheio. É desafiador fazer isso num contexto em que as pessoas estão mergulhadas em telas, cada vez mais silenciosas e indisponíveis ao toque.

Registro essa filiação com cuidado porque ela define o lugar de onde leio Eddy. Não leio para extrair dele um dado, leio para me deixar atravessar por uma história que não é minha e que, no entanto, me convoca. E leio sabendo que o problema central da escrevivência, o de quem narra por quem, e o do que acontece quando quem viveu não diz e outro vem e inventa, é exatamente um dos problemas que o livro de Louis encena, como mostrarei adiante, quando Eddy for narrado pelos outros antes de poder narrar a si mesmo.

O que faço com a autoficção a partir dos cotidianos

Operar a autoficção numa perspectiva cotidianista significa, para mim, duas coisas. Significa ler a narrativa em busca das práticas, das táticas, dos modos de fazer que ela registra, com a atenção miúda ao ordinário que caracteriza o campo dos cotidianos, herdeiro de Certeau, de Nilda Alves, de Inês Barbosa de Oliveira. E significa, ao mesmo tempo, manter o cuidado de distinguir o que a narrativa diz daquilo que eu, ao lê-la, a faço dizer, reconhecendo que toda análise é também produção, e não espelho do narrado.

Esse modo de ler tem raízes nos movimentos que Andrade, Caldas e Alves (2019) descrevem como necessários às pesquisas com os cotidianos. Dois deles me orientam de perto. O primeiro, *narrar a vida e literaturizar a ciência*, afirma o valor da narrativa, do romance e da fala como *'conhecimentossignificações'* necessários à vida, e não como simples documentos a serem analisados; é o que me autoriza a tomar um romance como interlocutor de pesquisa, e não como mero objeto. O segundo, que as autoras renomeiam de *criar nossos personagens conceituais*, ensina que as narrativas e imagens com que trabalhamos não são *fontes* já postas à nossa espera, mas intercessores que criamos para poder pensar (Andrade; Caldas; Alves, 2019). É nessa direção que Eddy, neste artigo, funciona menos como dado e mais como personagem conceitual: um interlocutor com quem converso para formular o que penso.

Essa leitura foi feita em conversa, e as narrativas que trago a seguir emergiram espontaneamente no percurso das aulas, como atos de currículo e registros de uma prática pedagógica que também põe a pesquisa em movimento. A seleção das passagens de *O fim de Eddy* mobilizadas no artigo não buscou representar exaustivamente o romance, mas acompanhou o percurso analítico construído a partir de sua leitura, reunindo situações nas quais ganharam relevo as normas de gênero e sexualidade, os constrangimentos sociais, as táticas cotidianas de permanência e a saída do território de origem. As falas produzidas durante a disciplina, por sua vez, não constituem um segundo corpus, mas registros das interlocuções suscitadas pela leitura coletiva do romance, incorporados à escrita quando tensionam, deslocam

ou ampliam a análise do material literário. Não as atribuo a nenhuma pessoa em particular. Reúno essas falas numa voz coletiva, construída a partir do remixe das narrativas produzidas durante a disciplina, para que operem na função de informar e problematizar, e não na de biografar quem falou. Esse procedimento preserva a não identificação das pessoas e desloca o interesse da autoria individual de cada fala para os problemas coletivos que ela permite pensar. Distribuo essas vozes ao longo do texto, junto aos pontos em que cada uma me ajuda a pensar, do mesmo modo como faço com os trechos do livro. Esta vem de onde a vida de quem lê encosta na de Eddy. "Sou uma criança gay do interior de Pernambuco, de Palmares, e ele é do interior da França, e o que aparece para mim, como para ele, é a arte, a literatura e o teatro como saída. Essa história é compartilhada e atravessa muitos de nós" (Registro da prática pedagógica, 2026).

Trabalhar assim, com a minha voz e com a dos outros lado a lado, pede uma distinção que carrego até o fim do artigo. Uma coisa é a autoficção como conceito, que defini como laboratório narrativo, prática de si e agenciamento. Outra é afirmar que o sujeito narrado, dentro da história, vive a escrita como prática de constituição de si. A primeira é o enquadramento do gênero, e é a condição da minha própria escrita aqui. A segunda é uma afirmação sobre o texto que, como mostrarei, *O fim de Eddy* não sustenta no plano da história narrada, e sim no gesto, exterior a ela, de o autor escrever o livro. Não confundo as duas camadas, e essa não confusão é parte do método que defendo.

Antes de seguir, situo a trama, para quem não leu. *O fim de Eddy* foi publicado na França em 2014, com o título *En finir avec Eddy Bellegueule*, que significa, ao pé da letra, acabar com Eddy Bellegueule. Esse é o nome de nascimento do autor, que o abandonou e adotou legalmente o nome Édouard Louis. O livro é a história de uma vida que o narrador, ao escrever, decidiu encerrar para começar outra. Ele reconstrói a infância e a adolescência de Eddy numa aldeia operária do norte da França, a Picardia, no fim dos anos 1990 e início dos 2000, num mundo de pobreza, de trabalho fabril que destrói os corpos, de álcool e de uma masculinidade dura tida como única forma legítima de ser homem. Percebido desde cedo como afeminado, Eddy se torna alvo de violência cotidiana: dois meninos o esperam todos os dias num corredor da escola para agredi-lo. O livro acompanha suas tentativas fracassadas de se conformar à norma e termina com a saída dele do vilarejo para um colégio com divisão de teatro, em outra cidade, que oferece um internato. O livro é dedicado a Didier Eribon e dialoga com a sociologia de Bourdieu, e é atravessado por uma compreensão da vida como atualização de um lugar social de classe e de gênero.

A teoria implícita da determinação social

Começo pela proposição que estrutura toda a reconstrução da infância, ainda que o narrador não a enuncie como tese: as pessoas não escolhem livremente, elas atualizam o lugar social em que foram postas. Esse lugar é sempre duplo: de classe e de gênero. O pai violento, a mãe que reclama sem se separar, os irmãos que reproduzem os papéis esperados, todos aparecem menos como indivíduos que decidem do que como pontos onde uma estrutura se realiza.

A passagem mais reveladora dessa teoria implícita é a genealogia da violência que o narrador constrói em torno do avô paterno ausente. Eddy busca, na ausência e na dureza que marcaram a formação do próprio pai, uma causa para as violências que ele mesmo sofreria. A ferida se transmitiria de geração em geração. Reconheço aí a herança de Bourdieu e Eribon, a quem o livro é dedicado, e algo de uma sociologia espontânea da reprodução.

Mas leio com uma suspeita que o próprio movimento da narrativa autoriza. A leitura determinista que o narrador faz da própria história talvez não seja a verdade do livro, e sim a forma que o jovem Eddy encontrou para dar sentido ao sofrimento. Atribuir uma causa onde havia, sobretudo, dor é também um modo de tornar o sofrido suportável. A genealogia do avô funcionaria, então, menos como explicação sociológica e mais como operação de sentido. Distinguir entre o que o texto afirma e o que o narrador precisa afirmar para sobreviver à própria memória é, aqui, a minha tarefa, e ela anuncia a questão de método que percorre o artigo.

As táticas cotidianas: mãe, pai, menino

Se eu lesse a primeira parte do livro só como registro de uma determinação que tudo captura, várias cenas ficariam incompreensíveis. Ela comporta, ao contrário, uma camada densa de táticas, no sentido de Certeau (1998). Recordo uma distinção. Certeau opõe estratégia e tática. A estratégia é o cálculo de forças que se torna possível quando se dispõe de um lugar próprio, uma base de poder de onde se gerem as relações com o exterior. A tática é o recurso de quem não tem lugar próprio: opera no terreno do mais forte, não planeja de longe, aproveita a brecha que aparece, faz um uso astuto das circunstâncias que não escolheu. É a arte do fraco, a maneira de fazer de quem joga no campo do outro e converte ocasiões em pequenas vantagens. A tática não sai do território; é a arte de viver nele sem poder derrubá-lo.

A mãe de Eddy é o caso mais nítido de uso da tática. Ao voltar a trabalhar, assume uma atividade que o próprio vilarejo considera degradante – a limpeza e o cuidado de idosos – e dela

extrai uma reinvenção concreta de sua posição: passa a ganhar mais que o marido, o que desloca a economia de poder dentro de casa. Não muda a estrutura, mas, dentro dela, encontra uma brecha que reorganiza o possível a seu favor. A invenção aparece onde menos se esperaria, no trabalho degradado, sem heroísmo. É talvez por isso que uma leitura apressada, atenta só à determinação, possa não vê-la. Confesso que eu mesmo, numa primeira leitura, quase não a vi.

Os pais de Eddy, em certo ponto da história, sinalizam para uma tática contraditória. Acham Eddy estranho, "uma mocinha", e ao mesmo tempo o defendem da violência do irmão mais velho. Protegem aquele que gostariam que fosse outro. Há uma distância entre a norma que professam e o gesto que praticam: são normativos no que dizem e táticos no que fazem. A consequência me importa: tática e sujeição não são campos separados, não habitam personagens distintas. Moram no mesmo gesto.

Uso aqui o termo sujeição no sentido foucaultiano de *assujeitamento*: o processo pelo qual alguém se constitui como sujeito ao mesmo tempo em que se submete a uma norma, de modo que a própria identidade se forma na obediência. Sujeição, portanto, não é só ser submetido de fora; é tornar-se sujeito por dentro da norma que submete — e é por isso que ela pode conviver, no mesmo gesto, com a tática que a contorna.

O menino é a figura que mais reorganiza a minha leitura. Há a tentação, sobretudo para quem conhece o desfecho, de ler Eddy criança como alguém já orientado à fuga. Mas o menino não foge. Ele se esconde na biblioteca e, ainda assim, vai ao encontro dos garotos que todos os dias o esperam para bater nele ou humilhá-lo. Ao longo de dois anos, aprende a ler os rostos dos agressores, reconhece seus estados de ânimo, chega a sentir por eles uma inquietante compaixão. Esse conhecimento minucioso do algoz não é fuga, é permanência astuta: ele administra como e onde apanha, reduz os danos no que lhe parece viável, recusa-se a ser capturado pela humilhação pública. É tática no sentido estrito.

A cena de abertura do livro mostra essa tática em ato, na recusa de reagir para não agravar a violência:

> O catarro escorre do meu olho até os meus lábios, quase entrando na minha boca. Não ouso limpar. Eu poderia fazer isso, bastaria uma esfregada da manga. Bastaria uma fração de segundo, um gesto minúsculo para que o escarro não entrasse em contato com meus lábios, mas eu não o faço, por medo de que eles se ofendam, por medo de que eles se irritem ainda mais (Louis, 2018, p. 13).

Faço aqui uma precisão conceitual decisiva para o resto do artigo. Seria equivocado mobilizar, para esta passagem, a noção deleuziana de linha de fuga, o ponto em que algo escapa ao dispositivo e se transforma. Não há, na infância de Eddy, escape; há permanência. Linha de

fuga e tática de permanência são categorias distintas: a primeira sai do território e devém outra coisa, a segunda opera dentro dele sem rompê-lo. A primeira parte do livro é o tempo da tática, não o da fuga. Confundir as duas seria projetar o fim sobre o começo e apagar o que a infância tem de mais duro: a ausência de saída.

O dispositivo de gênero e a masculinidade encravada no corpo

Duas dimensões do livro me deixam ver o dispositivo deleuziano em funcionamento. Um dispositivo, lembra Deleuze (1990), é antes de tudo um emaranhado de linhas de naturezas diferentes, de visibilidade, de enunciação, de força, de subjetivação. Não é uma coisa nem uma instituição, mas a rede que se tece entre esses elementos heterogêneos — discursos, leis, arranjos arquitetônicos, enunciados morais — e que distribui o que pode ser visto, dito e feito; estar preso num dispositivo é ter o corpo e a conduta repartidos por essas linhas. O colégio de Eddy é um nó desse tipo: lugar de refúgio e de violência ao mesmo tempo, ponto em que se cruzam a promessa de saída pela escolarização e o palco cotidiano da humilhação. E a leitura que Eddy faz do masculino e do feminino a partir dos irmãos mostra o dispositivo de gênero não como discurso abstrato, mas como repartição concreta de gestos, lugares, modos de ocupar o espaço.

Entre as regras não ditas da masculinidade do vilarejo, há uma que liga virilidade e corpo de modo brutal: ser homem é resistir à medicina. Cuidar do corpo, procurar médico, tomar remédio é coisa de fraco, e a fragilidade é o avesso da virilidade. A recusa do cuidado é dita na própria língua da homofobia: *não ter frescura, não ser boiola*. A masculinidade se prova maltratando o próprio corpo. Eddy fere o pé num prego, esconde a ferida, deixa-a infeccionar e, em vez de procurar ajuda, tenta desinfetá-la com o perfume da mãe, objeto feminino que o trai no próprio gesto de virilidade. O tio de Eddy leva essa lógica ao fim: bebe, fuma, trabalha numa jornada brutal, nunca cuida da saúde e termina inválido, dependente da esposa que maltratou, até morrer. A virilidade que despreza o corpo destrói o corpo.

Há aqui um cruzamento entre gênero e classe que registro. O descuido com o corpo não é só escolha cultural, é função do trabalho. O tio adoece pela jornada na fábrica, pelo ritmo, pelo álcool com que se anestesia. A masculinidade pobre manda descuidar do corpo, e o trabalho no mundo capitalista já estava destruindo esse corpo. Os dois se combinam, e o resultado é gente que adoece e morre cedo vivendo isso como orgulho viril, quando é efeito de uma condição de classe. Em termos foucaultianos, trata-se de uma técnica de si às avessas: técnicas que o sujeito aplica sobre o próprio corpo, não para cuidar de si, como no cuidado de

si grego que Foucault (2004b) estuda, mas para produzir doença e morte em nome de uma norma de gênero.

A homofobia como regime do visível: o ser e o parecer

Há um episódio narrado, no depósito de lenha, espaço comum dos fundos das casas, fora do olhar dos adultos, que é onde a lógica da norma de gênero se mostra com mais agudeza. Os meninos brincam nus, esfregam os corpos uns nos outros, e ali a narrativa registra um paradoxo: era preciso não ser bicha para participar daquilo sem ser xingado. A brincadeira é homoerótica, mas só é permitida para quem é presumidamente heterossexual, porque, nesse caso, o contato não ameaça a virilidade, é até prova dela. Eddy, que de fato deseja, é justamente quem não pode participar. Ele se recusa, diz que aquilo é nojento, e a recusa, que deveria provar que ele não é bicha, faz o contrário: quem está à vontade no contato não teme nada, quem se retrai é que tem algo a esconder. A vigilância sobre o próprio corpo é o que o denuncia.

Essa lógica se explicita quando a história do depósito se espalha pela escola numa versão enviesada, e Eddy passa a ser chamado de bicha por todos. Ele se pergunta por que um dos outros meninos, que fez o mesmo, foi poupado, e formula a resposta que é a tese do capítulo: o crime não era fazer, mas ser, e sobretudo parecer ser. A homofobia, aqui, não pune a prática, pune a aparência. A prática é tolerada nos corpos que mantêm a superfície viril; o que se pune é o parecer. É um regime do visível. Eddy não tem escapatória porque controla o que faz – ou, pelo menos, tenta –, mas não controla o que parece.

O narrador formula essa lei do visível em poucas palavras:

> Eu não podia falar nada, por medo das consequências, e eu sabia que aquela delação seria vã, que eles teriam sido, como Stéphane, poupados. O lógico teria sido ele também ser chamado de bicha. O crime não era fazer, mas ser. E, sobretudo, parecer ser (Louis, 2018, p. 129).

Disso tiro uma consequência metodológica forte, e é aqui que a lição de Conceição Evaristo retorna. Se o que pune é o parecer, o sujeito fica à mercê da leitura que os outros fazem do seu corpo. Eddy é narrado pelos outros antes de poder narrar a si mesmo. A versão enviesada que circula sobre ele se torna a sua verdade pública, contra a sua própria versão, que permanece silenciada por medo. É exatamente o que Conceição Evaristo adverte: se quem viveu não diz, vem outro e inventa quem você é. O silêncio de Eddy deixa o campo livre para a narrativa alheia, e essa narrativa vence. Tenho aqui o problema da narrativa de si pelo avesso, e um caso exemplar de como o poder de narrar é desigualmente distribuído.

A homofobia, no livro, é menos reação a uma ameaça do que mecanismo de produção da masculinidade. Os meninos se constituem viris no próprio ato de xingar. E Eddy, ao reproduzir o discurso homofóbico contra a própria participação, usa a arma que o fere para tentar passar por um dos que ferem. A homofobia recruta suas próprias vítimas. Isso fica ainda mais nítido adiante, quando Eddy humilha publicamente um menino mais afeminado do que ele, deslocando para o outro a vergonha que carrega, e atacando justamente aquele com quem se identifica, porque o semelhante é o espelho que o denuncia.

O regime do visível como pânico moral

Quero dar um nome ao que essas cenas encenam, porque é esse nome que liga o livro a um problema mais amplo, o das disputas atuais em torno do que pode ser dito, lido e vivido. O que o vilarejo opera contra Eddy é um pânico moral: a reação coletiva, desproporcional e vigilante, diante de uma figura tomada como ameaça à ordem dos corpos e dos gêneros. O pânico moral não pune um ato isolado, pune um tipo, e por isso o regime do visível que descrevi é exatamente a sua gramática. Basta parecer para ser condenado, basta destoar da superfície viril para se tornar suspeito. A vigilância da masculinidade que os meninos exercem uns sobre os outros, o medo dos pais de que o filho seja *uma mocinha*, a autovigilância de Eddy sobre o próprio gesto e a própria voz, tudo isso é a maquinaria do pânico funcionando, distribuída entre os corpos, antes mesmo de qualquer lei ou discurso oficial a sancionar. O pânico moral, no livro, é cotidiano: mora no corredor da escola, no depósito de lenha, na mesa da cozinha.

É por isso que a escolha do livro, na disciplina, foi uma escolha deliberada e não apenas temática. O mesmo pânico que se abate sobre Eddy é o que reconhecemos, no Brasil e na América Latina, nas cruzadas contra a chamada ideologia de gênero, nas tentativas de censurar a discussão de sexualidade e raça na escola, na perseguição a professoras e professores acusados de doutrinar, na vigilância sobre o que pode ser dito, lido e visto na sala de aula. As agendas da extrema direita que hoje disputam o sentido dos currículos operam precisamente como pânico moral: elegem uma figura ameaçadora, em geral a criança a ser protegida de um suposto perigo, e em nome dela restringem o que a escola pode narrar. Ler Eddy é, nesse sentido, ler em miniatura e em outra latitude o dispositivo que nos cerca. As diferenças são muitas, e não as apago: o vilarejo de Louis não é a escola pública brasileira, e o pânico que mata Eddy por dentro não é igual ao que tramita em projetos de lei. Mas a forma do mecanismo, o modo como o medo do desvio se converte em controle do visível e em silenciamento de quem narra, essa forma se repete, e é o que nos permite usar a narrativa europeia como espelho do que enfrentamos aqui.

No grupo, esse pânico foi lido no presente, e em primeira pessoa. “Estamos vivendo um contexto social muito sombrio para as mulheres e para as pessoas LGBT” (Registro da prática pedagógica, 2026).

A mesma escuta que aproxima, porém, recusa o decalque. Diante da cena da biblioteca, alguém marcou o que nos separa de Eddy. “Essa história da biblioteca, no Rio de Janeiro, já teria tido outro desfecho, porque há um recorte de classe e de raça. Ele é um menino branco francês, do interior, e tudo isso precisa ser muito bem contextualizado” (Registro da prática pedagógica, 2026).

As duas vozes não se contradizem. Uma reconhece o mesmo pânico aqui, a outra lembra que a cor da pele, a classe e o lugar mudam quem sobrevive a ele e como. É no intervalo entre a aproximação e a diferença que essas narrativas ensinam, e é esse intervalo que eu perderia se as usasse apenas para confirmar o que já penso.

E há uma resposta a esse pânico que também já está no livro, e que toca de perto a quem pensa o currículo. Se o pânico moral silencia quem narra, deixando que outro venha e invente quem ele é, então narrar a si, ler narrativas de si, fazer disso prática de pesquisa e de sala de aula, é uma insurgência cotidiana contra ele. Tomar a escrita de Louis como matéria de uma disciplina de pós-graduação em educação é devolver à escola, como currículo, justamente aquilo que o pânico quer dela expulsar. É uma tática, no sentido de Certeau, exercida no terreno do mais forte: não derruba a estrutura que produz o pânico, mas abre nela uma brecha em que a vida silenciada volta a poder ser narrada e estudada.

O dominado que hierarquiza: classe, gênero e raça

Há um ponto em que a leitura precisa resistir à tentação de transformar Eddy e sua família em vítimas puras. O mesmo vilarejo que produz a violência sofrida por Eddy produz também os seus próprios excluídos, e as personagens dominadas reproduzem, sobre outros, a lógica de distinção que as fere. O dispositivo, lembremos, faz classe, gênero e raça operarem ao mesmo tempo sobre os corpos, e quem é dominado num eixo pode muito bem dominar noutro.

O pai é o caso mais cru dessa contradição. Em um capítulo, a mãe conta que ele já defendera um homossexual hostilizado num baile, e que, na juventude, tivera como melhor amigo um magrebino. E, no entanto, é o mesmo homem que, no presente da narrativa, professa um racismo virulento. A própria mãe registra a incoerência sem resolvê-la, e ao fazê-lo enuncia o seu próprio racismo:

> Eu te digo isso porque eu não entendo por que seu pai é racista assim, eu não sou racista, é verdade que os árabes e os negros eles têm tudo que é direito e ficam com todo o nosso dinheiro público, mas nem por isso eu quero matar eles, mandar pra forca ou pro campo de concentração que nem seu pai (Louis, 2018, p. 95).

A fala da mãe é exemplar do racismo que se vive como evidência. Ela mede o próprio preconceito pela régua do racismo genocida do marido e, como não deseja exterminar, classifica-se fora do racismo. Tudo o que fica aquém do extermínio — a acusação de que o estrangeiro toma "o nosso dinheiro público", o ressentimento contra quem teria direitos demais — passa a valer como simples constatação. O "nosso", nessa frase, é a chave: institui um nós-proprietário legítimo contra um eles que se apropria indevidamente do que não lhe pertenceria. É xenofobia operando na própria sintaxe de quem jura não ser racista. Há, assim, duas economias da contradição convivendo na mesma casa: no pai, a vida desmente a fala, pois ele teve um amigo árabe e prega o extermínio dos árabes; na mãe, a fala desmente a si mesma, no célebre "eu não sou racista, mas".

E Eddy não está fora disso. Ele próprio, alvo da perseguição homofóbica, se distingue dos árabes do conjunto vizinho para garantir, na hierarquia do vilarejo, um lugar acima de alguém. Mãe e filho, ambos dominados, produzem um inferior para não serem o último elo da cadeia. Registro isso porque tem peso metodológico para quem pesquisa narrativas de sofrimento: a posição de dominado não garante lucidez nem solidariedade quanto a outras formas de dominação. Quem se liberta de uma opressão não se torna, por isso, lúcido sobre as demais. Ler essas narrativas exige segurar a contradição sem apressar a síntese — sem santificar quem narra por ser vítima, nem condená-lo por ser, também, agente de exclusão.

A interiorização da norma e os limites da técnica de si

As tentativas de Eddy de se conformar à norma formam uma série, não uma repetição. Primeiro vem o tornar-se durão, projeto positivo de fabricação de si: Eddy decide construir outro Eddy e trabalha ativamente sobre si, ensaiando voz, andar, gestos, num esforço com a estrutura de um trabalho de ator. A autovigilância, antes defensiva, vira direção: ele se dirige a si mesmo como a um personagem a encarnar com convicção. É técnica de si em sua forma mais plena, mas a serviço da sujeição, não da emancipação. O durão é a figura mais ajustada à norma, e não a mais desviante; é um devir para dentro da norma, não para fora dela.

Depois vêm as tentativas de conformar o desejo, e não só o gesto. Eddy namora Laura e experimenta uma sensação de cura, a impressão de que o corpo enfim entrou na linha. A

palavra já carrega o pressuposto que o livro denuncia: o de que havia doença. E a cura não é experiência interna, é validação externa: o que lhe dá a sensação de estar curado é ser visto beijando uma garota. A normalidade, como o desvio, é questão de superfície. Que Laura seja, ela própria, uma desviante, vista como *vagabunda*, complica o quadro: é o encontro de dois párias que tentam, juntos, comprar um lugar na normalidade, cada um pela falha oposta na mesma norma de gênero, ele por ser feminino demais, ela por ser sexual demais.

Com Sabrina, a namorada seguinte, o mecanismo fica ainda mais nu. Não há mais a sensação de cura: convencido de que deseja homens, Eddy vive o namoro como performance consciente, sem ilusão, e se descreve como espectador da própria atuação. Esse desdobramento do sujeito em ator e espectador de si, de estrutura profundamente teatral, diz muito sobre como a masculinidade compulsória produz uma cisão interna entre o que se faz e o que se sabe.

Mas há um ponto em que a norma encontra o que não consegue fabricar, e esse ponto é o corpo. De fora, a ilusão da cura é desmontada pela pergunta de um colega, que indaga a Laura por que ela namora um veado. Por dentro, ela desaba numa cena decisiva: ao tentar se excitar com as revistas pornográficas do irmão, Eddy constata, mais uma vez, que se atrai pelos corpos masculinos. O instrumento da norma, a pornografia do homem heterossexual, revela o oposto do que deveria. Esse desejo não é novo, já estava no depósito, nos primos, em tudo o que o denunciava como diferente; o que muda agora é que ele deixa de ser só atração reprimida e passa a ato, numa boate fora do vilarejo, com um desconhecido, num primeiro deslocamento territorial que já ensaia a fuga de Eddy. O essencial, para o meu argumento, é que aqui a maquinaria das técnicas de si encontra algo que não se deixa fabricar: o desejo. Há um limite para a produção do sujeito pela norma, e esse limite não é a consciência esclarecida nem uma vontade heroica de resistir. É o corpo. O que resiste à norma é o desejo que Eddy não consegue desligar por mais que tente. É nesse ponto que o desejo, antes detalhe, se revela como aquilo que fura o dispositivo e aponta para fora dele.

A interiorização da norma, contudo, é completa, e o livro não a suaviza. A tentativa de sexo com Sabrina fracassa, e fracassa porque, para realizá-la, Eddy precisa recorrer à fantasia dos meninos que o agrediam. O desejo dele aparece enredado à violência que sofreu: o objeto do desejo é o agressor. Num mundo em que a homossexualidade só existe como humilhação, o próprio desejo se forma colado a essa violência. E a performance heterossexual, no caso de Eddy, só se sustentaria sobre a fantasia homossexual. O capítulo em que a transa com Sabrina não acontece se chama *o asco*, e o asco, que percorre o livro como sinal de não pertencimento, do asco de si no depósito ao asco da própria origem na casa da avó, diz aqui que o corpo de

Eddy não pertence à cena heterossexual, por mais que ele a encene.

A linha de fuga: deslocamento, habitus e o retorno da origem

A série das conformações fracassadas tem uma função na economia do livro: mostra que a fuga não é a primeira opção, e sim a última. Eddy tenta sobreviver com táticas de permanência, tenta conformar-se pela aparência e pelo desejo, e só quando todas as vias internas se esgotam é que a saída se impõe. Há, inclusive, uma primeira tentativa de fuga que fracassa precisamente porque não é uma fuga real: Eddy encena uma partida para ser encontrado e trazido de volta, num gesto endereçado à família, um apelo de amor disfarçado de fuga. O desfecho é cruel: ele é trazido de volta e recebe, talvez pela primeira vez de modo explícito, uma declaração de amor. O pai chorou, a mãe contou que ele era amado naquela casa. O amor é real, e é insuficiente, e é até obstáculo, porque vem junto com tudo o que esmaga Eddy. Não é o desamor que o aprisiona, é uma forma de amor que não comporta quem ele é. A fuga encenada é o molde negativo da fuga real: mostra que esta terá de ser uma saída efetiva do território, que não peça para ser recapturada.

A fuga verdadeira se realiza no fim, com a entrada no internato. É decisivo que a transformação não venha por esforço sobre si, como nas conformações fracassadas, mas pela mudança de mundo. A linha de fuga não é mudar a si para caber no lugar, é mudar de lugar para poder ser. No internato, Eddy descobre que o masculino pode ter outros contornos, que a masculinidade viril do vilarejo não era a única forma de ser homem, mas uma configuração local, situada. O que ele tomava por natureza se revela convenção.

É aqui que a noção de habitus, de Bourdieu (2009), entra com precisão. O habitus é o sistema de disposições duráveis que incorporamos ao longo da vida segundo a nossa posição social, e que organiza, sem que percebamos, o nosso modo de falar, de andar, de comer, de portar o corpo; é a classe feita corpo, a história tornada segunda natureza. O que Eddy encontra no internato são outros habitus, outros conjuntos de disposições incorporadas, outros modos de falar, vestir e ocupar o corpo. O choque revela que o seu próprio modo era também um habitus, e não a maneira natural de ser. Mas o estranhamento traz dor, não só libertação: o corpo, a fala, os gestos denunciam Eddy como vindo de onde veio, e a liberdade de descobrir outras masculinidades vem acompanhada de vergonha de classe. O habitus de origem não se larga na fronteira; carrega-se para dentro do novo mundo. O casaco que os pais compraram com sacrifício para a volta ao colégio, e que provoca o riso dos colegas porque destoa de tudo, condensa essa tensão: Eddy o joga fora, com vergonha, e mente para a mãe dizendo que o

perdeu. O casaco é, ao mesmo tempo, amor e estigma, e ele não pode ficar com um sem o outro. Joga fora os dois. A mobilidade social aparece, assim, como renúncia dolorosa, em que subir é também renegar.

O livro recusa qualquer final redentor. Termina com a chegada de um colega, Tristan, que interpela Eddy no corredor perguntando se ele continua a mesma bichinha de sempre. Os outros riem, e Eddy também ri. Essa é a última linha do livro. A origem, que Eddy julgava ter deixado para trás, o alcança dentro do refúgio; o vilarejo entra no internato pela boca de Tristan. A fuga não é apagamento, é deslocamento, e o que ficou para trás continua presente, continua puxando Eddy de volta. Não se escapa limpo. A linha de fuga, em Deleuze, nunca foi passagem para um lugar de pureza e liberdade absoluta; é devir, sem destino livre de toda captura. O epílogo é fiel a isso: a fuga é real e incompleta, libertadora e marcada pela vergonha, definitiva e assombrada pelo que ficou.

O livro termina exatamente nesse ponto, com o narrador entrando no riso que o fere: "Ele me interpela: E aí, Eddy, continua a mesma bichinha de sempre? Os outros riem. Eu também" (Louis, 2018, p. 173).

O riso final condensa o livro inteiro. É tática de sobrevivência, rir junto para não ser pego do lado errado do riso, para não chorar diante dos seus algozes. É o retorno da origem, na figura de quem restitui o nome e o estigma antigos. E é o ponto em que a violência externa e a interna coincidem perfeitamente: ao rir de si com os outros, Eddy ocupa por um instante o lugar de quem zomba do veado, e o veado é ele. É o autoasco do depósito, agora sem lágrimas, vertido em riso, o que de certo modo é mais grave, porque a dor se disfarçou tão bem que virou sua própria negação.

O sensório da narrativa: mergulhar com todos os sentidos

Há um momento do livro que me deixa articular a leitura com a tradição cotidianista de modo particularmente produtivo, e que toca a minha própria forma de pesquisar. Anos depois de sair do vilarejo, Eddy volta à casa da avó para acessar as histórias da família. A avó é a guardiã da memória, o arquivo oral, a condição de possibilidade da própria narrativa que o livro reconstrói. Mas o reencontro é narrado por um corpo que já não pertence àquele mundo: o que organiza a memória da cena não é o que Eddy vê ou ouve, e sim o que ele cheira e quase prova – o cheiro da casa, o copo sujo, a água que ele se recusa a beber, o nojo que ele sente.

O movimento que Nilda Alves nomeia, no primeiro dos movimentos das pesquisas com os cotidianos, o *sentimento do mundo*, pede exatamente esse tipo de atenção sensorial. Em texto

retomado por Andrade, Caldas e Alves (2019), lê-se que pesquisar com os cotidianos exige estar disposto a mergulhar inteiramente numa circunstância, "buscando referências de sons, sendo capaz de engolir sentindo a variedade de gostos, caminhar tocando coisas e pessoas e me deixando tocar por elas, cheirando os odores" (Andrade; Caldas; Alves, 2019, p. 23) do caminho diário. As autoras criticam o privilégio moderno do olhar e afirmam que "os processos de pesquisa nessa corrente exigem olhar, mas também ouvir, tocar, cheirar, degustar tudo aquilo que aparecer em nossos caminhos" (Andrade; Caldas; Alves, 2019, p. 24).

A cena na casa da avó é, à luz de Alves, uma cena de mergulho com todos os sentidos, e o nojo é ali uma forma de conhecimento: por olfato e paladar, Eddy sabe da distância que o separa daquele universo representado pela avó, da sua não pertença, da sua transformação.

A narrativa autoficcional revela, assim, uma afinidade com o mergulho que Alves propõe: reconstrói o passado pelo corpo, pela memória encarnada e sensorial, e não pela memória abstrata dos relatos oficiais. Mas faço uma ressalva, e ela enriquece a noção em vez de só aplicá-la. Na cena da avó, o mergulho com todos os sentidos é mergulho no nojo, na distância, na repulsa. Os sentidos não aproximam Eddy da avó; medem o quanto ele se afastou. O sensório, aqui, também separa, também produz fronteira. Não romantizo, portanto, o mergulho como gesto sempre amoroso de pertencimento. Pode-se mergulhar com todos os sentidos e descobrir, por eles, que não se pertence mais. Fica a pergunta que dirijo a mim e aos colegas do campo: a dimensão sensorial das narrativas que produzo nos processos de pesquisa, eu a registro e analiso, ou a descarto como ruído subjetivo em nome de um relato limpo e visual? Antecipo a minha resposta: descartá-la é perder o que há de mais cotidiano na narrativa. E retomo aqui o que disse sobre as telas: num tempo em que corpos, gestos e narrativas são continuamente classificados pelas gramáticas do pânico moral, reivindicar o sensório da pesquisa é também um gesto político: significa recusar uma leitura higienizada da experiência e acolher aquilo que o corpo conhece antes mesmo de conseguir explicar.

A escrita como elaboração da origem

Chego à questão que me acompanha desde o começo: a da escrita como prática de si. Retomo a distinção que anunciei. Definir a autoficção, como gênero, enquanto laboratório narrativo e prática de si é uma coisa; afirmar que o personagem Eddy, dentro da história narrada, vive a escrita como prática de constituição de si é outra. E quanto a esta segunda afirmação devo uma honestidade de leitura: em nenhum momento da história Eddy interrompe a memória para refletir sobre o ato de escrever. A escrita como prática de si, neste livro, não está declarada

no plano da história narrada; ela se realiza no gesto, exterior à história, de o autor escrevê-la. Reconhecer isso é, ele mesmo, um exercício do método que defendo, o de distinguir o que o texto afirma daquilo que eu o faço afirmar.

Feita a ressalva, situo onde a escrita como prática de si encontra seu lugar: não dentro da história, mas no gesto de narrá-la. O riso final, última linha do livro, é a derrota do personagem, a submissão, o riso engolido. O Eddy que ri no corredor não tem distância alguma do seu sofrimento; apenas sobrevive. Mas o livro inteiro, ao redor dessa linha, é a operação pela qual o Édouard adulto pega aquele riso de derrota e o transforma em obra, em análise, em denúncia. O personagem ri porque não tem voz; o autor escreve porque encontrou uma voz. A fuga territorial aconteceu no internato, mas a elaboração da origem, o tornar a origem matéria de pensamento e de arte, acontece na escrita, anos depois. O livro é a prova de que a história não terminou naquele internato. É também, na chave de Conceição Evaristo, o gesto de quem viveu e disse, para que outro não viesse inventar quem ele é.

É essa elaboração que me interessa de modo direto. Louis faz, com a própria vida, algo análogo ao que faço com as narrativas que acesso, minhas e dos meus interlocutores: transponho experiência em produção crítica e artística, retorno às fontes, reconstruo trajetórias, e nesse retorno o meu corpo transformado interfere no que acesso. O livro mostra que esse retorno nunca é limpo, que quem volta às fontes volta de outro lugar, com outros valores e outros ascos. Tomar *O fim de Eddy* como corpus é, para mim, também tomá-lo como espelho do meu próprio gesto de pesquisa. E ao escrevê-lo em primeira pessoa, confundindo-me com Eddy onde ele me atravessa, faço deste artigo, também ele, um pequeno laboratório narrativo.

O que fica: conclusões

O percurso por *O fim de Eddy* me permitiu mostrar como trabalho narrativas de si numa perspectiva cotidianista com recorte de gênero e sexualidade. Certeau iluminou as táticas dos praticantes ordinários, as astúcias da mãe, do pai e do menino, dentro de um cotidiano que não é só prisão, mas também laboratório de invenções discretas. Foucault me deixou ler as técnicas de si que produzem o sujeito conforme a norma, e também o seu limite, o ponto em que o desejo escapa a toda fabricação. Deleuze ofereceu a noção de dispositivo, para pensar o emaranhado de linhas que ferem o corpo de Eddy, e a de linha de fuga, para distinguir a permanência astuta da saída efetiva. Nilda Alves trouxe o mergulho com todos os sentidos, que a narrativa autoficcional encarna e ao mesmo tempo complica, ao mostrar que o sensório também separa. Bourdieu deu, no habitus, o nome do que se carrega de origem mesmo depois de cruzada a

fronteira. E Conceição Evaristo me ensinou que escrever a própria vida, ou deixar-se atravessar pela vida alheia, é o primeiro passo para sair do lugar, e que quem não diz corre o risco de ser inventado por outro.

Atravessa todo o percurso uma questão de método. As táticas dos dominados são discretas e escapam ao olhar que só vê determinação; foi preciso buscá-las. As personagens não são de uma peça só: a mãe é tática e racista, o pai é algoz e protetor, e o próprio Eddy, vítima, é também agente de distinção racial e de violência homofóbica contra um menino mais frágil. O dominado que se liberta de uma opressão não se torna lúcido sobre as outras. Ler narrativas de sofrimento me exige segurar essas contradições sem apressar a síntese, sem santificar nem condenar quem narra. E me exige distinguir, a cada passo, o que o texto diz daquilo que eu o faço dizer, reconhecendo que a análise é produção, e não espelho.

Por fim, o livro me dá uma resposta a uma pergunta de fundo do meu campo, a de para que serve a narrativa em primeira pessoa. Serve para dar a ver o que a performance social esconde. A mecânica da norma, outros poderiam descrevê-la de fora; o choro no quarto, o desejo e o asco simultâneos, o riso engolido no corredor, só o próprio sujeito pode narrar. É essa a justificativa da autoficção, e é também a razão por que assumo, aqui, as digitais do pesquisador como condição da escrita, e não como falha a ser corrigida. Trato as narrativas de si não como dados a serem extraídos, mas como elaborações a serem compreendidas no seu próprio gesto de elaboração, inclusive a minha.

Volto, para encerrar, ao lugar de onde li. Tudo isso ocorreu no contexto de uma disciplina de pós-graduação em Educação, com um grupo de pesquisadores dos cotidianos escolares, e é por isso que penso este percurso como uma questão de currículo. O que fizemos com Eddy foi currículo em ato: escolher uma narrativa que o pânico moral gostaria de calar, lê-la com cuidado, deixar-se atravessar por ela e transformá-la em pensamento. Num tempo em que as agendas da extrema direita tentam reduzir o currículo ao que não assusta, ao que não destoa, ao que mantém intacta a superfície viril e branca do mundo, insistir em ler narrativas de gênero, de sexualidade, de classe e de raça é uma insurgência cotidiana, miúda e teimosa. Não é a derrubada da estrutura, é a brecha aberta nela. E é nessa brecha, no gesto de narrar e de deixar narrar o que se quis silenciar, que aposto quando trato a autoficção como método, e quando faço do currículo um espaço em que a vida silenciada volta a poder ser dita, estudada e, quem sabe, transformada em poesia.

Referências

ANDRADE, Nívea; CALDAS, Alessandra Nunes; ALVES, Nilda. Os movimentos necessários às pesquisas com os cotidianos: após muitas 'conversas' acerca deles. *In*: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PEIXOTO, Leonardo Ferreira; SÜSSEKIND, Maria Luiza (org.). **Estudos do cotidiano, currículo e formação docente:** questões metodológicas, políticas e epistemológicas. Curitiba: CRV, 2019. p. 19-41.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Nova edição estabelecida e apresentada por Luce Giard. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DELEUZE, Gilles. ¿Qué es un dispositivo? In: ASSOCIATION POUR LE CENTRE MICHEL FOUCAULT (org.). **Michel Foucault, filósofo**. Tradução de Alberto L. Bixio. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-163.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1.

EVARISTO, Conceição. Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória. **Releitura,** Belo Horizonte, v. 1, n. 23, p. 5-11, 2008. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fundacao-municipal-de-cultura/2021/revista_releitura_v23.pdf. Acesso em: 15 out. 2026.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V:** ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. Tecnologias de si. Tradução de Andre Degenszajn. **Verve,** São Paulo, n. 6, p. 321-360, 2004b. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/verve/article/download/5017/3559. Acesso em: 15 out. 2026.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HOZANA, Vinícius. Currículos, conhecimentos e cotidianos: criações, reinvenções e reexistências. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 18, n. 1, e73680, 2025. DOI: 10.15687/rec.v18i1.73680. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/73680. Acesso em: 15 out. 2026.

LOUIS, Édouard. **O fim de Eddy**. Tradução de Francesca Angiolillo. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

SALES, Tiago Amaral. A escrita como modo de vida: potências contemporâneas para a (pesquisa em) educação. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 16, n. 3, p. 1-11, 2023. DOI: 10.15687/rec.v16i3.68236. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/68236. Acesso em: 15 out. 2026.

SOBRE O(S)/A(S) AUTOR(ES)/A(AS)
Leonardo Nolasco-Silva. Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Associado da UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa Cibercultura, Educação e Narrativas Audiovisuais (CENA).
Contribuição de autoria: Conceptualization; Investigation; Methodology; Writing – original draft; Writing – review & editing.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6236498913421435

Como referenciar
NOLASCO-SILVA, Leonardo. Pesquisar com narrativas em tempos de pânico moral: um exercício cotidianista pela via da autoficção. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 19, n. 3, e79850, 2026. DOI: 10.15687/rec.v19i3.79850.